

Relatório de **Atividades e Contas 2025**

Entre o
**Cuidado
e o Futuro**



**ALDEIAS
DE CRIANÇAS SOS**

Índice

Mensagem do Presidente

Compromisso com Salvaguarda	1
O Caminho percorrido em 2025	2
Defesa dos direitos das crianças, jovens e famílias	4
Programas nas Aldeias de Crianças SOS	5
Cuidar de quem Cuida	11
Investimento e Cuidado com Bens	14
Graças a Si	15
Contas	17
Proposta de Aplicação de Resultados	23
Anexo ao balanço e demonstração de resultados	25
Certificação Legal de Contas	48

Mensagem do Presidente

das Aldeias de Crianças SOS em Portugal



Filipe Carnall

O ano de 2025 fica marcado pelo acolhimento da primeira criança do programa Acolhimento Familiar. Deu-se início efectivo ao processo de desinstitucionalização, acompanhando as diretivas internacionais e nacionais. Ainda neste processo, duplicámos o número de jovens em Apartamentos de Autonomia e Autonomia Supervisionada. Mantivemos a aposta na prevenção através dos 4 programas CAFAP ao mesmo tempo que houve uma redução de 10% das Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial nas nossas 3 Casas de Acolhimento Residencial.

Outra aposta ganha de 2025 tem um impacto indirecto, mas duradouro, em milhares de crianças e jovens. Refiro-me à nossa atividade de advocay no sistema de promoção e proteção com diversas ações e atividades. Seja com artigos técnicos, artigos de opinião em jornais, webinars seja em interação direta com decisores políticos e judiciais.

A situação da Federação e de algumas associações, em particular a Austríaca, com notícias muitos tristes e preocupantes sobre o futuro da Federação, marcam de forma negativa o ano e trazem alguma incerteza.

O ano que passou é o 6º ano consecutivo de resultados financeiros positivos, consolidado assim a saúde financeira da nossa Associação. Graças ao crescimento das receitas quer da Segurança Social quer dos Donativos, foi possível investir no reforço das equipas, em património e em obras de conservação e melhoria. Esta situação permite-nos encarar o futuro com confiança e otimismo, ainda que de forma cautelosa.

Uma palavra de agradecimento a quem nos apoia: aos voluntários e aos mais de 20.000 doadores individuais e empresas, que generosamente nos cedem o seu tempo ou um apoio financeiro, sem os quais não seria possível cumprirmos a nossa missão: Cuidar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A situação de uma Associação não se mede apenas pelo seu impacto e pela sua situação financeira. O envolvimento e participação dos seus associados é fundamental. Numa altura em que cada vez é mais difícil o comprometimento de novos associados, gostaria de salientar e de agradecer a participação dos nossos associados. Quer individualmente em acções específicas da sua competência quer em conjunto no apoio ao Conselho Diretivo e à Direção Geral na tomada de decisões importantes para o futuro da Associação.

Abraço

Filipe Carnall

Compromisso com a **Salvaguarda**

A Associação tem um compromisso com a salvaguarda e proteção de crianças e jovens. A Política de Salvaguarda Infantojuvenil implementada na Associação orienta toda a atuação, aplicando-se transversalmente a colaboradores, voluntários, parceiros e demais pessoas que colaboram com a missão. Esta política assenta em quatro eixos fundamentais:



A Associação dispõe de um Comité Nacional para a Proteção da Infância, órgão responsável por acompanhar, supervisionar e assegurar a implementação da Política de Salvaguarda. Compete a este Comité analisar situações reportadas, garantir o cumprimento dos procedimentos definidos, promover a melhoria contínua das práticas institucionais e reforçar os mecanismos internos de prevenção e resposta.

Reafirmando o princípio de que a responsabilidade pela proteção das crianças e jovens é coletiva, ao longo de 2025 foram promovidas diversas ações de formação e capacitação dirigidas aos colaboradores, com vista ao reforço de competências, ao aprofundamento de conhecimentos técnicos e à consolidação de uma cultura organizacional orientada para a proteção e o cuidado.

A salvaguarda representa, para a Associação, um compromisso permanente e transversal com o bem-estar, a segurança e os direitos de cada criança e jovem acompanhados. O ano terminou com o arranque comprometido da iniciativa “Zero Tolerance in Action” que, para além da formação, implicou a construção de avaliações de risco e planos de mitigação para cada programa e áreas centrais.

○ Caminho percorrido em **2025**

Em 2025, a Associação atravessou um período de profunda transição interna, marcado por mudanças estruturais significativas. O ano iniciou-se com a entrada em funções do novo Conselho Diretivo, em janeiro, e prosseguiu com alterações relevantes nas lideranças e na estrutura organizacional, nomeadamente na Direção Geral, no Departamento Financeiro e no Departamento de Programas. Estas transformações refletiram um momento de reconfiguração institucional, que exigiu uma forte capacidade de adaptação das equipas e um reforço da articulação interna, dando mote ao arranque efetivo da Estratégia Nacional 2025-2028

Paralelamente, o enquadramento legal e normativo que regula a atividade da Associação sofreu igualmente mudanças profundas, ainda em fase de estabilização. A publicação das Portarias n.º 450/2023, de 22 de dezembro, 95/2024/1, de 11 de abril, e 197/2025/1, de 21 de abril, introduziu alterações estruturantes, cujo impacto — sobretudo ao nível do financiamento — permanece incerto e em avaliação contínua. Estas alterações legais implicaram um processo exigente e, ainda em curso, de Remodelação do Modelo de Financiamento com o Instituto da Segurança Social (ISS), no âmbito do processo de Requalificação e Capacitação das Casas de Acolhimento (RECAP). Não se trata de um mero ajustamento inflacionário, mas sim de uma redefinição integral dos valores e do próprio modelo de financiamento das respostas sociais.

A implementação do RECAP exigiu da Associação uma planificação cuidada, que simultaneamente assegurasse a continuidade das respostas sociais e antecipasse o reajuste de capacidade no acolhimento residencial, alinhado com o processo de desinstitucionalização. Este movimento tornou possível projetar a reafecção de verbas para a abertura de novas respostas em linha com a estratégia nacional e internacional para a Infância e Juventude.

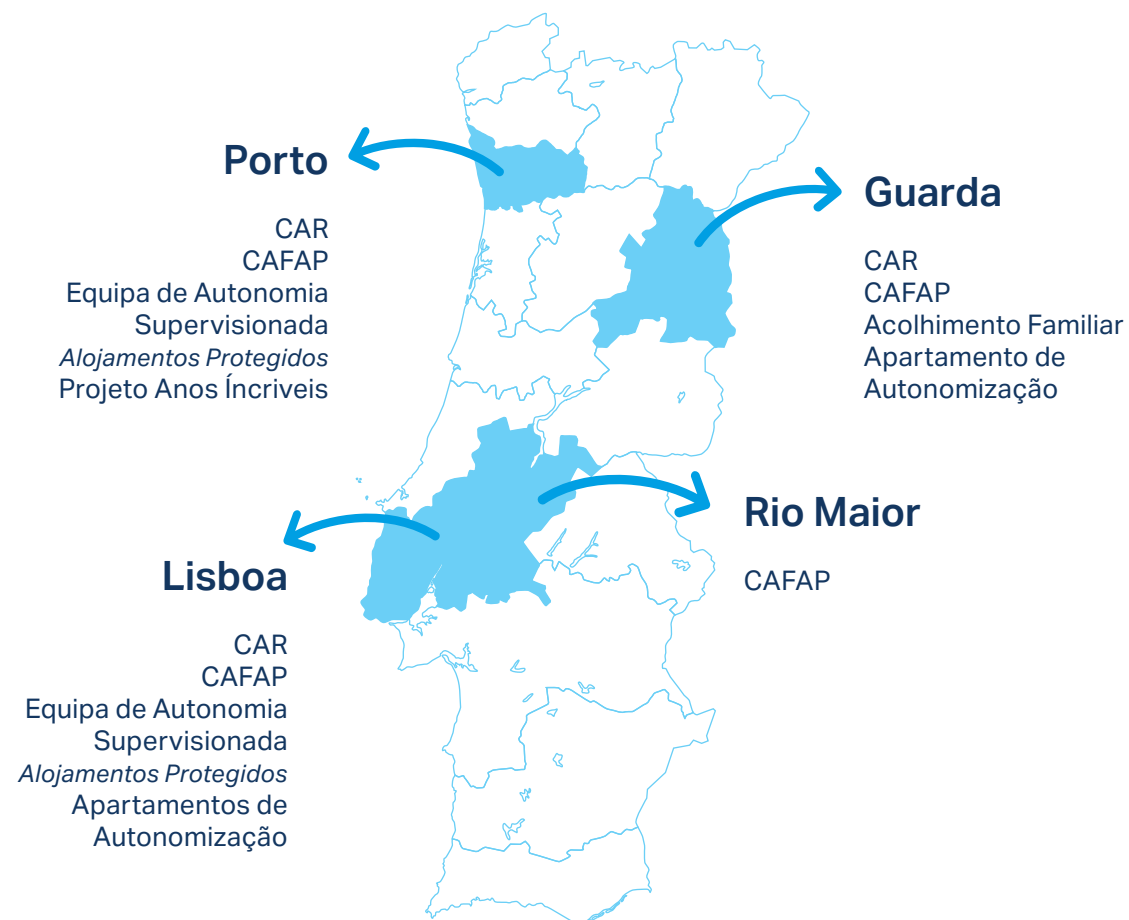
Ao longo deste percurso, evidenciou-se também a consolidação progressiva de uma visão integrada entre o fortalecimento familiar, os cuidados alternativos e a salvaguarda infantojuvenil. Neste contexto, destacam-se conquistas estruturantes, como a obtenção do Acordo para o CAFAP de Oeiras, que reforça a intervenção comunitária e preventiva da Associação.

A nível das estruturas internas, registou-se ainda uma melhoria expressiva dos processos de reporte e controle financeiro da organização financeira, com centros de custo mais bem definidos, integrados e alinhados com a missão, garantindo maior rastreabilidade, rigor e capacidade analítica. Este avanço foi acompanhado de uma grande proximidade e colaboração com os Órgãos Sociais, num trabalho conjunto de reflexão estratégica sobre a Visão da Associação e sobre os temas centrais que determinam o seu futuro e a sua saúde organizacional.

Nesta matéria, 2025 foi marcado ainda pela proximidade com os associados das Aldeias de Crianças SOS. Este envolvimento espelhou-se quer no momento anual de associados a 4 de junho – Dia internacional da Criança Vítima de Maus-tratos, onde se aprofundou a realidade da criança com trauma com a oradora convidada a pedopsiquiatra Ana Vasconcelos – quer nas sessões informativas e de partilha criadas especificamente para abordar temas de relevo e de elevado impacto para o futuro da Associação – como o futuro investimento e desinvestimento em programas e espaços, e a situação crítica da Federação Internacional.

No plano internacional assinala-se a situação que a Federação Internacional está a atravessar na sequência da divulgação pública em 2025 do relatório elaborado pela Independent Special Commission, cujas conclusões evidenciam questões de salvaguarda e cujas recomendações apontam para a necessidade de reforço dos protocolos e medidas de proteção, salvaguarda e de auditoria, bem como de alteração das estruturas e procedimentos de governança. Não obstante sermos uma organização juridicamente autónoma, com órgãos sociais próprios e gestão financeira independente, atuando em conformidade com a legislação portuguesa e com prioridade absoluta na proteção integral, a segurança e o bem-estar de todas as crianças e jovens acompanhados, encontramos-nos a acompanhar a evolução da situação de forma atenta e próxima, com o envolvimento dos associados.

Impacto em 2025



Defesa dos **Direitos das Crianças, Jovens e Famílias**

A Defesa dos Direitos da Criança, particularmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade, é o eixo que orienta toda a nossa intervenção. Em 2025, reforçámos o nosso papel como ator técnico e cívico relevante no sistema de promoção e proteção, ampliando a influência nas decisões nacionais e internacionais que impactam a infância.

Aumentámos a representação institucional em grupos de trabalho do Estado e em reuniões com decisores políticos e judiciais, como a Secretária de Estado, a Procuradora da República e Vice-Presidente da CNPDCJ, tendo sido também consultados no projeto conjunto da Segurança Social e da UNICEF Internacional para o reforço do sistema português de proteção.

Integramos como membros fundadores a Aliança para a Prevenção - juntamente com a UNICEF, o ProChild CoLAB, o Instituto de Apoio à Criança e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - assumindo sete compromissos concretos para um paradigma de tolerância zero à violência na infância, afirmando a proteção das crianças como prioridade política, orçamental e social

No plano público, consolidámos uma estratégia estruturada de advocacy e comunicação, com campanhas temáticas como "Conexão. Até que ponto?", dedicada aos riscos das redes sociais e ao impacto na saúde mental de crianças e jovens, e com forte aposta também na promoção do Acolhimento Familiar, que gerou 167 manifestações de interesse a nível nacional. Reforçámos ainda a presença mediática - em artigos de opinião no Público e reportagem na RTP1 - e académica, contribuindo ativamente para o debate qualificado sobre o sistema de proteção nas Universidades portuguesas, como a de Lisboa, Porto, Lusófona e Nova de Lisboa.

A Associação investiu igualmente na produção de conhecimento e qualificação técnica, com a redação de dois capítulos¹ em obras académicas de referência nas áreas da proteção à infância e dos direitos humanos e o desenvolvimento de estudos nas áreas do acolhimento residencial, fortalecimento familiar e autonomia de jovens.

No apoio direto aos jovens, foram promovidas ações de defesa de direitos, incluindo pedidos de apoio jurídico e o desenvolvimento de soluções internas para garantir condições mínimas de subsistência digna a jovens em situação de transição, através da mobilização interinstitucional e da criação de procedimentos específicos.

Ao longo do ano foram ainda desenvolvidos momentos para particular envolvimento dos nossos associados e doadores, promovendo uma maior consciência da nossa operação de cuidado e da visão de futuro para a Associação, como por exemplo, o Webinar Entre Likes e Laços: Como criar conexões reais em tempos digitais e a celebração do dia 4 de junho acima detalhada.

Em 2025, a Defesa dos Direitos da Criança traduziu-se em influência política, produção técnica, mobilização social e intervenção concreta, consolidando o compromisso da Associação com um sistema de proteção verdadeiramente centrado na criança.



Aliança para a Prevenção



Acolhimento Familiar - Reportagem RTP

¹ Livros: Proteger os Direitos e Proteger as Crianças e Jovens em Perigo da Editora Almedina, e Migrações Contemporâneas, Direitos Humanos e Justiça da Editora Pactor.



Programas nas Aldeias de Crianças SOS

Em 2025 mantivemos as respostas sociais vigentes, com aumento significativo de capacidade para jovens em autonomia e para crianças em acolhimento familiar; e preparámos todo o licenciamento para que, em 2026, possamos abrir novos Apartamentos de Autonomia, Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e o novo projeto Anos Incríveis.

Programa de Fortalecimento Familiar

Nas Aldeias de Crianças SOS entendemos o apoio às famílias como uma forma de fortalecer e capacitar o sistema familiar através do desenvolvimento de competências parentais e da promoção do bom trato na infância.

O Programa de Fortalecimento Familiar inclui os seguintes serviços especializados:

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Tarefa Primária: Intervir com famílias em situação de vulnerabilidade e/ou conflito, através de uma relação colaborativa e individualizada que promova consciência, reflexividade e mudança, de modo a fortalecer competências de cuidado parental, potenciar dinâmicas familiares protetoras e fomentar a proatividade das famílias com crianças e jovens na procura de soluções para os seus desafios.

Em 2025 mantivemos o nosso enfoque terapêutico, relacional e sociopedagógico. A equipa, composta por profissionais com experiência em intervenção sistémica, trabalharam com cada família adaptando-se ao seu ritmo, combinando espaços individuais, familiares e grupais. A coordenação com os agrupamentos escolares e os serviços comunitários foi uma peça-chave no acompanhamento que oferecemos e permitiu-nos intervir de forma coordenada e eficaz em situações complexas, mantendo sempre como eixo central o bem-estar das crianças e dos adolescentes.

Atendemos 281 famílias em mais de 6100 sessões familiares para a promoção de um cuidado protetor e promotor do desenvolvimento integral de 397 crianças e jovens e 504 cuidadores (pais, mães, avós, etc.). Ao longo do ano, em complemento da intervenção familiar foram implementadas ações grupais e de celebrações familiares promovendo momentos lúdicos, culturais e inspiradores de proteção da infância com todas as famílias, como por exemplo, o Dia da Família com apoio dedicado da Generali Tranquilidade.

Foi ainda um ano de forte investimento quer na adequação e qualificação dos espaços físicos às exigências legais, técnicas e terapêuticas inerentes à intervenção no âmbito do fortalecimento familiar, quer no reforço das supervisões técnicas das equipas de acordo com as especificidades de cada território.

Este ano celebrámos ainda a assinatura do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social para o CAFAP de Oeiras que garantiu uma percentagem de apoio governamental fundamental para a continuidade do fortalecimento das famílias deste território.

Anos Incríveis

Tarefa Primária: Fortalecer as relações entre adultos cuidadores e crianças, promovendo práticas educativas positivas e competências socioemocionais que previnam e reduzam problemas de desenvolvimento, com base em evidência científica.

Em 2025, o Programa de Fortalecimento Familiar viu expandida a sua abrangência à área da prevenção do risco através do arranque do projeto “The Incredible Years: Strengthening families and preventing child neglect”, implementado pela Associação das Aldeias de Crianças SOS e financiado pela Fondazione Generali – The Human Safety Net. Este projeto é baseado nos Programas Anos Incríveis, desenvolvidos por Carolyn Webster-Stratton, Seattle (The Incredible Years®).

O programa, adaptado para o âmbito deste projeto, envolve uma intervenção baseada em evidência científica, dirigida a grupos de pais de crianças pequenas (0-6 anos), com o objetivo de os apoiar na reflexão e melhoria das suas competências de cuidado parental. Terá a duração de 1 ano, irá decorrer com base em Gulpilhares e pretende ajudar 70 famílias a ultrapassar desafios emocionais e sociais, diminuindo estratégias educativas negativas e substituindo-as por estratégias predominantemente positivas de parentalidade.

Com equipa constituída no último trimestre do ano, o projeto assegurou em 2025 o diagnóstico e implementação de parcerias, formação inicial certificada e o desenvolvimento de todos os materiais de divulgação e planos de formação a voluntários.

Programa de Cuidados Alternativos

Nas Aldeias de Crianças SOS entendemos o Cuidado Alternativo como uma resposta centrada nos direitos da criança, garantindo proteção, estabilidade e desenvolvimento quando a permanência na família de origem não é possível.

Proporcionamos contextos seguros e afetivamente disponíveis, que promovem vínculos reparadores, sentido de pertença e autonomia progressiva.

Os Programas de Cuidado Alternativo incluem os seguintes serviços especializados::

Acolhimento Familiar

Tarefa Primária: Proporcionar contextos familiares intencionais que acolham crianças e jovens enquanto sujeitos de direitos e de história, oferecendo relações afetivas estáveis e quotidianos reparadores que sustentem pertença, desenvolvimento emocional e a construção de trajetórias de vida com continuidade e sentido. Porque todas as crianças têm direito a crescer numa família.²

A funcionar, para já, apenas no distrito da Guarda, em 2025 acolhemos 8 crianças que, por circunstâncias de grave negligência parental, não puderam permanecer junto das suas famílias de origem, assegurando o seu acolhimento em 6 famílias devidamente treinadas na promoção do seu bem-estar, desenvolvimento e proteção. Todas as crianças acolhidas são de nacionalidade portuguesa e com idades entre os 0 e 9 anos, com 2 acolhimentos em fratria.

Acompanhámos de forma próxima e especializada, tanto as famílias de acolhimento como as famílias de origem, prestando apoio técnico, emocional e formativo, em mais de 300 momentos formais de visitas seguras e acompanhamento. Trabalhámos na construção e fortalecimento de redes de cuidado partilhado, promovendo vínculos afetivos seguros, estáveis e reparadores. Todas as crianças acolhidas tiveram como Projeto de Promoção e Proteção a Reunificação Familiar, tendo duas alterado para Adoção durante o acolhimento familiar.



² Todas as secções relativas às respostas sociais iniciam com a tarefa primária definida pelas equipas em itálico. Sabemos que a definição e clareza da tarefa primária nas organizações, particularmente as de cuidado a crianças em vulnerabilidade, bem como a efetiva conexão entre o que é dito que se faz e o que efetivamente se opera, está altamente associado com a satisfação das equipas, com a eficácia do grupo em manter a tarefa terapêutica, expande a equipa para lá de si mesma (da mera tarefa de subsistência do grupo) direcionando para o cuidado provisional e aumenta a probabilidade do grupo usar o insight como ferramenta (Menzies Lyth, 1979; Balbernie, 2011; Mosse, 2019).



Paralelamente, gerimos 167 manifestações de interesse, das quais 44 eram do distrito da Guarda e as restantes de vários distritos do país. Este dado reflete o sucesso das nossas campanhas de comunicação a nível nacional, reforçando o impacto da nossa missão. Realizaram-se no ano 9 sessões informativas para 39 pessoas, traduzindo-se em 5 candidaturas para família de acolhimento. Reforça-se aqui a necessidade de continuar na consciencialização e divulgação em todo o país desta medida.

Mantivemos uma colaboração estreita com os Serviços Sociais, os estabelecimentos de educação e o sistema de saúde, fortalecendo uma resposta articulada e centrada na criança. O Acolhimento Familiar tendeu a afirmar-se como uma resposta estratégica de cuidados alternativos, com identidade própria, racional técnico consistente e relevância política no sistema de proteção da infância, particularmente no distrito da Guarda.

Casa de Acolhimento Residencial

Tarefa Primária: Criar e manter um ambiente forte e contendor para crianças que perderam o cuidado parental, que sustenha e promova o desenvolvimento de relações e formas de viver que facilitarão o crescimento emocional e a aprendizagem.

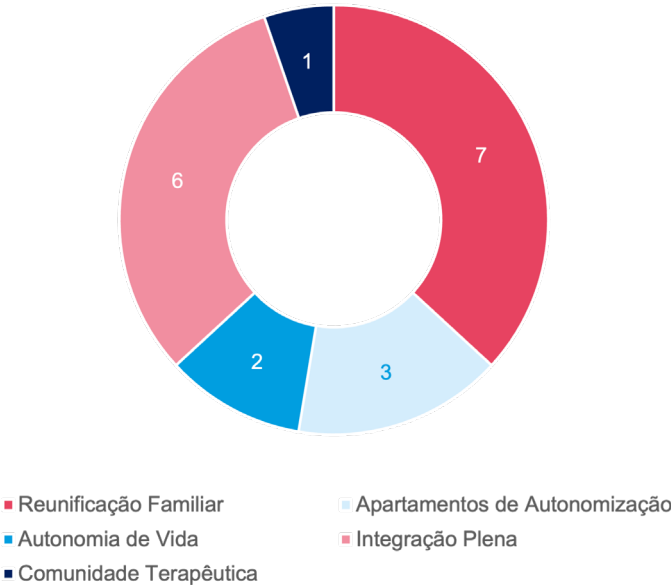
Em 2025 acolhemos 61 crianças e jovens que perderam o cuidado parental, integrando-os num contexto residencial de carácter terapêutico e familiar que garante o seu direito a crescer num ambiente seguro, protetor e estruturante. As crianças e jovens acolhidas tinham dos 3 aos 23 anos (estando a de 3 anos em fratria e a única abaixo dos 10 anos). No ano em análise entraram nas nossas casas 6 crianças e jovens e foram promovidos 19 projetos de vida.

Acompanhámos os seus percursos pessoais e educativos através de planos de intervenção individualizados, que possibilitaram progressos significativos em todas as etapas do percurso escolar. As nossas crianças e jovens foram integrados em escolas e projetos educativos de forma individualizada, com análise específica das necessidades educativas de cada aluno, incluindo com parcerias privadas e apoio de doadores, particularmente em jovens no ensino superior, permitindo resultados escolares com 85% de transições.

Com abordagens centradas na criança, inspiradas nas teorias da vinculação e práticas informadas no trauma, o nosso trabalho terapêutico centrou-se na estruturação de uma rotina previsível e organizada, no autocuidado e na gestão e contenção emocional, reconhecendo estes eixos como pilares essenciais. Paralelamente houve um cuidado particular com a saúde integral das crianças e jovens acolhidas, tendo sido possível a continuidade de um investimento para todas as crianças e jovens na saúde mental (com processos psicoterapêuticos externos) e na saúde oral graças ao apoio de doadores particulares e empresariais.

Houve investimento nos espaços de Visitas Familiares – tornando-os mais familiares e acolhedores, na dinamização de Assembleias de Casa promovendo a participação das crianças nas decisões do funcionamento da mesma, e reforço dos canais de denúncia de incidentes de Salvaguarda Infantil, acompanhadas de sessões de consciencialização e sensibilização para o Direito da Criança e Jovem.

Concretização de Projetos de Vida



Reforçámos hábitos de vida saudáveis e competências sociais por meio de atividades culturais, desportivas e de lazer, promovendo o sentido de pertença, a responsabilidade e a autonomia progressiva. Alguns jovens integraram equipas desportivas federadas (ex.: futebol, futsal, dança, atletismo, ténis de mesa, voleibol e crossfit) e participaram em projetos de promoção de competências, de trabalho em equipa e perseverança.

Organizámos igualmente saídas, campos de férias (na colónia do Meco e inter-Aldeias) e viagens que proporcionaram experiências enriquecedoras e a construção de memórias partilhadas – cinema, praia, visitas culturais, jumpers, entre outros – fundamentais para a consolidação da identidade e do sentimento de pertença.

Para além dos 19 projetos de vida concretizados com sucesso e das conquistas diárias de desenvolvimentos das nossas crianças e jovens, o ano 2025 foi marcado por:

- Revisão e divulgação do Modelo Educativo e Terapêutico do Acolhimento Residencial;
- Forte investimento na obtenção e retenção de colaboradores para a tarefa de acolhimento cuidado a crianças e jovens com trauma;
- Negociações com o Instituto da Segurança Social no âmbito do processo de desinstitucionalização e do RECAP (Requalificação e Capacitação das Casas de Acolhimento) que se mantém em curso por processos burocráticos da tutela;
- Concluimos os dossiers do Plano de Acessibilidades com a respetiva entrega junto das Unidades de

Arquitetura e Engenharia da Segurança Social para respetiva validação. Ainda que num ano marcado por incertezas nos processos de negociação no âmbito do RECAP e pela evidente tendência de decréscimo no acolhimento residencial que leva à necessidade de constantes ajustes e reequilíbrios, estamos certos de que o modelo em vigor e o plano estratégico delineado é o meio para se atingir uma intervenção que se quer cada vez mais terapêutica e reparadora para as crianças e jovens que perderam os cuidados parentais.

Apartamentos de Autonomização

Tarefa Primária: Proporcionar um ambiente acolhedor com relações de suporte garantindo as necessidades básicas e o apelo ao desafio e à participação, que facilitarão o caminho para que os jovens possam assumir a autoria das suas vidas no processo de autonomia e integração comunitária.

Em 2025 acolhemos 11 jovens nos dois Apartamentos em Lisboa, todos do sexo masculino, com idades dos 18 aos 24, predominando os 20 anos. A resposta assume-se como um espaço e tempo de aprendizagem, onde o erro é integrado como parte do processo de autonomização, promovendo o desenvolvimento de competências de vida diária, gestão financeira, integração social e construção de identidade adulta. Foram dinamizados 4 projetos de vida com integração plena na comunidade de 4 jovens.

Neste processo, para além do investimento na qualificação dos espaços habitacionais, dinamizaram-se atividades culturais, recreativas e de convívio entre os jovens dos vários programas de autonomia e integração da Associação (adiante detalhadas) como:

- Mãos Interculturais à Obra, incluindo com participação dos jovens como painelistas num encontro celebrativo na Biblioteca do Campo Grande;
- Campo de Verano nas Aldeias Infantis de Tenerife, conjuntamente com jovens de vários países, explorar temáticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental.
- Serra da Estrela – Aventura Consciente, numa visita e estadia à Serra da Estrela onde os jovens puderam, muitos deles, ver neve pela primeira vez.
- O projeto Diverge, em parceria com empresa externa e em que os jovens poderiam desenvolver atividades de teor vocacional e de exploração da identidade enquanto criavam os seus próprios ténis personalizados



Equipa de Autonomia Supervisionada

Tarefa Primária: Empoderar os jovens, considerando o seu perfil e contexto, para assumirem a autoria das suas vidas, proporcionando as condições necessárias ao desenvolvimento de competências e sentido de responsabilidade, que lhes permita adquirir progressivamente autonomia de vida facilitando a sua integração comunitária de forma plena e segura.

Com duas equipas a funcionar, em Lisboa e no Porto, em 2025 apoiamos 59 jovens com Medidas de Autonomia de Vida, assegurando a continuidade do apoio num momento particularmente sensível de transição para a autonomia. Do número total apenas 7 são do sexo feminino, e as idades são dos 17 aos 24 anos em Lisboa, e dos 16 aos 20 anos no Porto, com elevada diversidade cultural e nacional, com crescente representação de portugueses.

Colocámos especial enfoque no seu desenvolvimento pessoal, na consolidação da autonomia e na estabilidade emocional, reconhecendo que a transição para a vida adulta requer suporte consistente, orientação e presença significativa. Foram disponibilizados apoios de natureza educativa, económica e emocional, permitindo a prossecução dos seus percursos formativos, desde o ensino básico e secundário até ao ensino superior.

Alojamento Protegido
(Integrado no Protocolo da Equipa de Autonomia Supervisionada)

Tarefa Primária: Acolher jovens estrangeiros não acompanhados enquanto sujeitos singulares de direitos e dignidade intrínseca, oferecendo-lhes um espaço seguro e continente onde cada um possa recuperar estabilidade, ser reconhecido na sua história, identidade e potencialidades, e encontrar-lhes percursos, em resposta subsequente, que promovam pertença, desenvolvimento e futuro.

O Alojamento Protegido – também em Lisboa e no Porto – constitui uma resposta complementar, destinada ao acolhimento inicial de Jovens Estrangeiros Não Acompanhados (JENA) à chegada a Portugal, com o objetivo de assegurar uma avaliação técnica especializada, num período máximo de seis meses, que permita o encaminhamento para a resposta subsequente mais adequada.

Por esta resposta complementar de alojamento transitório passaram 19 jovens dos acompanhados em Autonomia Supervisionada.

Também nestas respostas foram fundamentais os convívios e vivências culturais com outros jovens, da Associação e fora dela, para a promoção da pertença e reforço da estabilidade emocional.

As respostas de Autonomia e Integração da Associação seguem no seu forte posicionamento junto dos Serviços Centrais da Segurança Social e do Sistema de Promoção e Proteção, assegurando o compromisso rigoroso com as diretrizes da Garantia para a Infância.

Paralelamente ao assegurar das respostas sociais, esta área de Autonomia participou em vários projetos e partilhas de desafios e práticas de intervenção, como o Projeto Refugin da União Europeia, e o Grupo de Trabalho do Estado para o Fortalecimento do Sistema de Proteção Português (ISS, IP) como consultores.

Foram ainda submetidas com sucesso candidaturas a financiamentos, nomeadamente ao BPI Solidário para a implementação do Projeto Boost Para a Integração, a iniciar em janeiro de 2026 e com duração de 1 ano, e o Mindbloom para a promoção da saúde mental em jovens estrangeiros não acompanhados em conjunto com o ISCTE.

Programas por Territórios

Respostas Sociais		Nº em 2025
Porto	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	153 crianças 190 cuidadores 89 famílias
	Anos Incríveis	Constituição de equipa e implementação
	Casa de Acolhimento Residencial	20 crianças e jovens 38 cuidadores
	Autonomia Supervisionada (com Alojamento Protegido)	27 jovens (11 em AP)
Guarda	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	100 crianças e jovens 162 cuidadores 82 famílias
	Acolhimento Familiar	8 crianças 24 cuidadores 12 famílias (origem e acolhimento)
	Casa de Acolhimento Residencial	21 crianças e jovens 37 cuidadores
Rio Maior	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	67 crianças e jovens 64 cuidadores 36 famílias
	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	77 crianças e jovens 88 cuidadores 74 famílias
Lisboa	Casa de Acolhimento Residencial	20 crianças e jovens 39 cuidadores
	Apartamentos de Autonomia	11 jovens
	Autonomia Supervisionada (com Alojamento Protegido)	32 jovens (8 em AP)

Cuidar de quem Cuida

Somos todos responsáveis por cuidar

Na Associação acreditamos que cuidar é uma responsabilidade partilhada: das crianças, dos jovens e das famílias e também de quem diariamente assegura esta missão. Em 2025 tornou-se ainda mais evidente que a sustentabilidade da intervenção social depende, antes de mais, da sustentabilidade humana da organização.

Num ano marcado por mudanças estruturais internas e exigências acrescidas sobre as respostas sociais, reforçámos a atenção ao capital humano, reconhecendo que o bem-estar dos colaboradores, a estabilidade das equipas e o desenvolvimento de competências são condições essenciais para garantir relações de cuidado consistentes, seguras e reparadoras.

Recursos Humanos: estabilidade em contexto exigente

Em 2025, o Departamento de Recursos Humanos consolidou o seu papel como área fundamental de conexão transversal, assegurando simultaneamente a continuidade operacional e o suporte às equipas. A organização contou com 157 colaboradores, maioritariamente afetos às respostas de intervenção direta com crianças, jovens e famílias. O ano foi, contudo, marcado por um contexto particularmente exigente ao nível da gestão de pessoas, com uma taxa de rotatividade de 36%, incidindo sobretudo nas funções operacionais críticas, nomeadamente cuidadores de Casas de Acolhimento Residencial. O final do ano foi marcado por uma estabilização na rotatividade geral.

Paralelamente, foi desenvolvido um trabalho relevante de consolidação procedimental, revisão de políticas internas e reforço da conformidade legal e laboral, assegurando estabilidade institucional e proteção simultânea da organização e dos colaboradores.

Valorização e bem-estar organizacional

Reconhecendo a exigência das funções exercidas, foram implementadas medidas de valorização dos colaboradores, incluindo revisões salariais, implementação de subsídio de prevenção, aplicação do regime de IRS Jovem e manutenção do seguro de saúde para colaboradores efetivos. Foi igualmente reforçada a comunicação interna e a capacidade de resposta aos colaboradores, com melhoria dos processos administrativos e maior proximidade às equipas nos diferentes territórios.

Ao longo do ano mantivemos foco no clima organizacional e no bem-estar interno, promovendo iniciativas de acolhimento, integração e comprometimento, com o apoio da plataforma digital de gestão. Todos os colaboradores realizaram consultas de medicina do trabalho e mantiveram-se ativos mecanismos de escuta e acompanhamento, assegurando canais de proteção e resolução de conflitos. A gestão de pessoas foi também articulada com a cultura de salvaguarda infantil, reforçando a responsabilidade institucional na criação de um ambiente de trabalho seguro, ético e cuidador.

Formação e Desenvolvimento

A qualificação dos profissionais constitui um dos pilares fundamentais do cuidado. A intervenção com crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade exige competências técnicas sólidas, capacidade relacional, estabilidade emocional e alinhamento ético. Por esse motivo, a Associação mantém um investimento continuado no desenvolvimento dos colaboradores, entendendo que a qualidade da intervenção depende diretamente da preparação daqueles que a concretizam.

Em 2025, a atividade formativa envolveu praticamente toda a organização e distribuiu-se ao longo do ano, com maior intensidade no início do ano e no último trimestre, evidenciando um esforço consistente de capacitação profissional.

Indicadores de Formação 2025

Tipo de Formação	Nº de cursos/ ações	Nº Sessões	Nº de Colaboradores abrangidos	Horas Totais
Formação Inicial (integração institucional)	1	41	150	157h
Formação contínua interna	10	41	150	157h
Formação externa e especializada	72	47	150	1.637h
Total 2025	80	88	150 de 157 colaboradores	1.794h

Indicadores complementares

Indicador	Resultado
Colaboradores abrangidos	96%
Média de Horas por colaborador	22h
Colaboradores com mais de 40h de formação	14%
Certificados registados	483

Foram dinamizadas formações estruturantes internas, nomeadamente:

- Programa Raízes (integração de novos colaboradores)
- Salvaguarda Infantojuvenil
- Código de Conduta
- Essencial de Recursos Humanos
- Formação de lideranças e encontros estratégicos

Este investimento permitiu reforçar competências técnicas, alinhamento ético e segurança na intervenção, garantindo maior consistência na prática profissional. As ações formativas – listadas abaixo – abrangeram diferentes domínios estratégicos fundamentais ao cumprimento ético da nossa missão.

Salvaguarda e proteção infantil

- Introdução à Salvaguarda Infantil
- Child and Youth Safeguarding Policy
- Violência sexual contra crianças e jovens
- Maus-tratos na infância
- Prevenção de assédio e abuso Intervenção terapêutica e familiar



Intervenção sistémica e familiar

- Mediação de conflitos familiares
- Trauma relacional e saúde mental
- Acolhimento familiar: Fatores Preditores de Sucesso
- Intervenção com jovens em risco
- Adolescência em Foco
- Processos-Chave do Acolhimento Residencial
- Projetos de Promoção e Proteção – Autonomização
- Prescrição Social
- Intervenção na Crise
- Trauma e Saúde Mental
- Mudança de Paradigma do Acolhimento Residencial
- Workshop Programa Incredible Years

Competências profissionais e liderança

- Lider Grow
- Gestão de pessoas para não especialistas
- Comunicação eficaz
- Falar em público
- Storytelling
- Data & AI for Business

Governança, ética e compliance

- Código de Conduta
- Anticorrupção e integridade
- Responsabilidade penal dos dirigentes
- Legislação laboral
- Prevenção de riscos de corrupção

Competências técnicas e organizacionais

- Plataforma SIGO
- ERP Primavera
- Qualidade e governação de dados
- Planeamento de projetos sociais
- Marketing e fundraising
- International F2F Fundraising Congress

Para além da formação formal, reforçámos espaços de supervisão em todas as respostas sociais e reflexão sobre a prática, fundamentais em contextos de elevada intensidade emocional. Foi assegurada consultoria em Liderança a todos os líderes de programas. Realizou-se um encontro nacional de lideranças que permitiu alinhar prioridades estratégicas e iniciar a planificação do ano seguinte, promovendo maior integração entre áreas e uma liderança mais consistente e participada. Ao longo de 2025 tornou-se ainda mais claro que a estabilidade das equipas, o desenvolvimento contínuo de competências e a valorização do colaborador são condições essenciais para a qualidade da intervenção.

Cuidar de quem cuida não constitui, assim, uma dimensão acessória da ação. É parte integrante da missão. Só equipas acompanhadas, reconhecidas e sustentadas conseguem oferecer às crianças, jovens e famílias aquilo de que mais precisam: relações estáveis, previsíveis e seguras, capazes de promover confiança, reparação emocional e construção de futuro.

Investimento e Cuidado com Bens

Em 2025, a Associação manteve o seu compromisso com a melhoria das condições físicas disponibilizadas às crianças e jovens que acompanha, bem como a todos os colaboradores que, diariamente, exercem as suas funções na organização. Neste campo foram realizadas intervenções ao nível de coberturas e fachadas em Gulpilhares, obras de beneficiação estruturais na Guarda que permitiram inclusivamente a abertura da resposta CAFAP no interior do espaço da Aldeia de Crianças SOS e a expansão do escritório da sede, com a requalificação de apartamento 2º Esq Frt que permitiu acomodar a equipa de Recursos Humanos e de Património e Operações.

No domínio do património, e com particular relevância em 2025, destacaram-se quatro eventos fundamentais. Em primeiro lugar, a venda da Quinta de Rio Maior, prevendo-se que a verba resultante seja direcionada para o desenvolvimento de respostas sociais no distrito de Santarém. O processo de diagnóstico e negociação destas novas respostas encontra-se a ser conduzido em articulação com o Centro Distrital de Santarém. Atendendo à complexidade e morosidade inerentes a este tipo de procedimentos, estima-se que a sua concretização possa ocorrer apenas em 2027, o que implicará um acompanhamento próximo e contínuo ao longo de 2026.

Em segundo lugar, elaborou-se o estudo a planificação dos Planos de Acessibilidade das três Aldeias de Crianças SOS, conforme previsto na Portaria n.º 450/2023, de 22 de dezembro. A implementação destes planos encontra-se ainda dependente da análise da Unidade Técnica de Arquitetura e Engenharia de cada respetivo Centro Distrital, prevendo-se que a sua execução decorra em 2026, com o apoio da Fundação Bechgaard.

Como terceiro evento, destaca-se o estudo relativo ao terreno e às instalações do Centro Sénior, bem como ao património disponível no terreno da Aldeia de Crianças SOS de Bicesse, processo ainda em curso. As sessões participativas realizadas com sócios e colaboradores promoveram um forte envolvimento interno, contribuindo para a construção de uma visão partilhada e sustentável do futuro da Associação.

E por fim, procedemos à aquisição de um segundo apartamento na Guarda, com vista à sua afetação a Apartamento de Autonomização. As negociações com a Segurança Social deverão decorrer ao longo de 2026, assegurando o enquadramento necessário ao seu funcionamento.

Em termos globais, mantém-se a continuidade de um pensamento estratégico sobre o património, assente numa análise crítica dos investimentos e desinvestimentos, com o objetivo de ampliar a capacidade de resposta à infância vulnerável, particularmente em áreas que possam não estar plenamente contempladas pelas respostas da Segurança Social.

Neste seguimento, em 2025, reforçou-se a equipa de operações e património com uma pessoa especificamente para os espaços e bens afetos aos programas.

Segurança da informação e tratamento de dados

Em 2025, a Coordenação de Dados e Tecnologia concentrou-se sobretudo na estruturação de bases sólidas para uma governação de dados mais consistente, nomeadamente através da definição de indicadores, revisão de relatórios e melhoria progressiva da organização da informação. Este trabalho permitiu aumentar a clareza sobre os dados existentes, identificar lacunas e promover uma utilização mais consciente e alinhada da informação pelas diferentes áreas.

Paralelamente, foram desenvolvidos esforços relevantes ao nível da qualidade dos dados, da segurança da informação e da organização do parque tecnológico, ainda que em fases de desenvolvimento e consolidação. Destacam-se a realização de auditorias internas, a revisão de práticas de acesso e proteção de dados e a melhoria do controlo sobre equipamentos e armazenamento, criando condições para uma evolução sustentada nos próximos anos.



Graças a Si

A Angariação de Fundos registou, no exercício de 2025, um crescimento muito significativo. Os Donativos ficaram 10,4% acima do valor realizado em 2024 refletindo a eficácia das iniciativas implementadas ao longo do ano e também a capacidade de adaptação da equipa a um contexto em constante evolução.

A rubrica Consignação do IRS teve uma variação positiva excecional, de 390.610€ (variação de +90,2% relativamente a 2024) devida à alteração da percentagem de consignação do IRS, que passou de 0,5% em 2024 para 1% a partir de 2025.

Na área de Heranças e Legados, recebemos dois testamentos e duas intenções de doação. Foi ainda contabilizado o valor de um legado solidário, no montante global de 184.893€.

Neste campo, foi decidido manter-se o investimento na sensibilização para esta causa, através de campanhas, publicações nas redes sociais, visitas a potenciais doadores e envio de comunicações.

Desenhámos e implementámos um novo modelo de relacionamento dedicado a estes contactos – a **Jornada da Semente** – com o objetivo de sensibilizar os potenciais doadores já presentes na nossa base de dados para a possibilidade de deixarem um legado solidário e contribuírem para transformar a vida das gerações futuras.

Ao longo do ano, reforçámos as ações de fidelização e retenção, alinhadas com um calendário estratégico e assinalando datas relevantes, como o Dia do Idoso e o Dia da Herança Solidária.

Os donativos conjuntamente com a consignação do IRS, assumiram um papel de particular destaque, correspondendo a 62% dos proveitos operacionais da Associação (entendidos como a soma das Quotizações, Subsídios do Estado, Donativos e Consignação do IRS). Em 2024 os donativos e consignação do IRS representou apenas 45% destes proveitos.

É graças ao apoio dos nossos doadores, que conseguimos ir mais além e cumprir, com responsabilidade e dedicação, o propósito a que nos propomos diariamente. A cada pessoa que acreditou na nossa causa, seja através de donativos generosos ou da dedicação incansável do seu tempo, talento e trabalho, deixamos um sincero obrigado. O seu apoio foi fundamental para transformar objetivos em realidade, superar desafios e ampliar o impacto das nossas ações. É graças ao seu compromisso, solidariedade e espírito de colaboração que continuamos a fazer a diferença e a construir um futuro melhor para as crianças e jovens que apoiamos diariamente.

No decurso de 2025, a associação contou ainda com o apoio de 18 empresas que se associaram ao financiamento de projetos específicos, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento de iniciativas em áreas tão relevantes e diversas como a saúde mental e oral, atividades extracurriculares e lúdicas, o desenvolvimento de competências digitais e ambientais, entre outras. Este envolvimento revela não apenas um compromisso social efetivo por parte do tecido empresarial, mas também uma confiança consolidada na missão e no impacto do trabalho desenvolvido.

No âmbito desta modalidade de apoio, foi possível angariar um total de 125.376€, valor que representa 18% do montante global obtido pela equipa de angariação de fundos empresariais. Este contributo assume particular relevância, uma vez que permitiu assegurar a concretização de projetos estruturantes, com impacto direto na qualidade das respostas disponibilizadas e na vida das crianças e jovens que delas beneficiam. Este envolvimento refletiu-se, num crescimento na ordem dos 40% do montante angariado por esta via, evidenciando um aumento expressivo do valor médio dos donativos atribuídos face ao ano anterior. Este resultado traduz um reforço qualitativo do compromisso das empresas parceiras, que, mesmo em menor número, intensificaram o seu contributo e aprofundaram a sua ligação à causa, demonstrando uma relação de confiança, proximidade e responsabilidade social cada vez mais sólida.

Empresas Parceiras



Para mais informações contactar
parcerias.empresas@aldeias-sos.org



Globalmente, os resultados alcançados em 2025 evidenciam uma estrutura financeira mais robusta, diversificada e sustentável. A Associação viu reforçada, em 2025, a sua capacidade para investir na melhoria contínua dos serviços, ampliar o alcance das suas respostas e garantir uma intervenção social cada vez mais qualificada, eficiente e alinhada com o propósito.

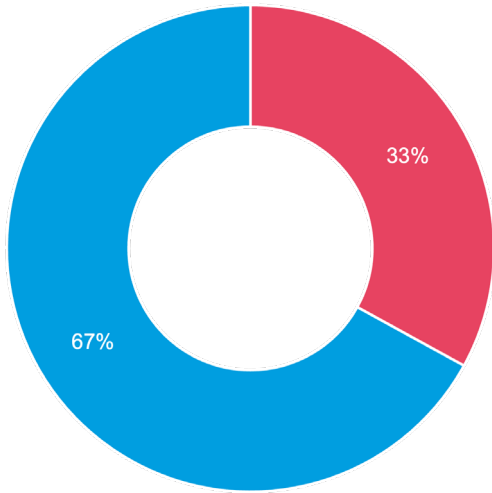
Na informação que se apresenta, os custos e proveitos da Residência Sénior foram excluídos dos dados de 2024, uma vez que a estrutura encerrou em julho de 2024, garantindo uma comparação mais ajustada ao trabalho que a associação desenvolve atualmente.

As receitas provenientes da Segurança Social totalizaram 2.514.750€, um crescimento de 12,4%, justificado pelo aumento do número de respostas/ frequências e pelo valor superior financiado nas CAR a partir de maio de 2025. Estas receitas representam 33% do total das fontes de financiamento da associação e equivalem a 35% do total de custos da associação. Embora este apoio público constitua um pilar estruturante da atividade desenvolvida, contribuindo para a estabilidade e previsibilidade das respostas sociais, revela-se insuficiente para assegurar, por si só, o cumprimento da nossa missão. .

Neste enquadramento, os donativos assumem um papel determinante na sustentabilidade da organização, na manutenção da qualidade dos serviços prestados e na continuidade do impacto gerado, reforçando a importância da estratégia de diversificação e consolidação das fontes de receita..

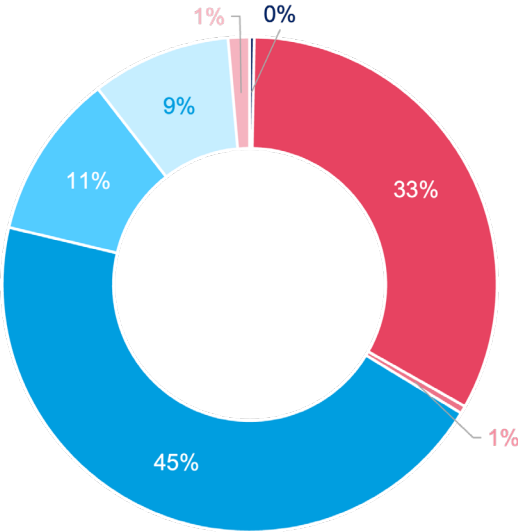
Em outros rendimentos e ganhos incluem-se diversas tipologias de rendimentos como as alienações de imóveis que verificamos um rendimento de 153.431€, que representa uma diminuição de 41% face ao ano anterior, resultado das alienações decorrentes pela venda da Herdade da Messejana em 2024 e em 2025 com a venda da Quinta de Rio Maior. Outra tipologia mais representativa nesta rubrica são os donativos diferidos, que ascenderam a 156.582€ em 2026.

Fontes de Financiamento



■ Financiamento Público ■ Financiamento Privado

Proveitos 2025

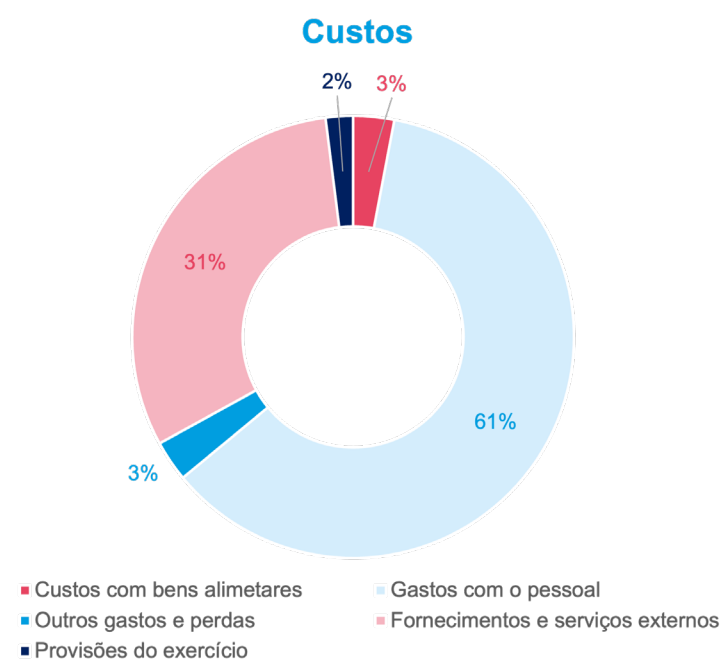


■ Quotizações
■ Subsídios do Estado
■ Subsídios de outras entidades
■ Donativos
■ Consignação IRS
■ Outros rendimentos e ganhos
■ Juros e outros rendimentos similares

PROVEITOS ASSOCIAÇÃO	2025	2024	Variação 2025-2024		Orçamento 2025	Variação Real/ Orçamento	
			Valor	%		Valor	%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	19 143€	21 378€	-2 236€	-10,5%	13 500€	5 643€	41,8%
Quotizações	19 143€	21 378€	-2 236€	-10,5%	13 500€	5 643€	41,8%
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	6 813 684€	5 854 936€	958 749€	16,4%	6 113 137€	700 547€	11,5%
Subsídios do Estado	2 514 750€	2 237 004€	277 747€	12,4%	2 440 000€	74 750€	3,1%
Acordos de cooperação	2 514 750€	2 237 004€	277 747€	12,4%	2 440 000€	74 750€	3,1%
Proteção	2 160 583€	1 889 154€	271 429€	14,4%	2 085 000€	75 583€	3,6%
Prevenção	354 167€	347 850€	6 317€	1,8%	355 000€	-833€	-0,2%
Subsídios de outras entidades	41 651€	62 557€	-20 905€	-33,4%	20 000€	21 651€	108,3%
Donativos	3 433 741€	3 122 443€	311 297€	10,0%	3 253 137€	180 604€	5,6%
Donativos Particulares Regulares - DD	2 161 847€	1 971 904€	189 943€	9,6%	2 091 137€	70 710€	3,4%
Donativos Particulares Pontuais + Multas	367 485€	379 917€	-12 433€	-3,3%	380 000€	-12 515€	-3,3%
Donativos Empresas	247 076€	218 481€	28 595€	13,1%	290 000€	-42 924€	-14,8%
Donativos Empresas Regulares	165 814€	190 469€	-24 655€	-12,9%	120 000€	45 814€	38,2%
Donativos em espécie	296 809€	320 770€	-23 962€	-7,5%	200 000€	96 809€	48,4%
Legados	185 036€	40 902€	144 134€	352,4%	32 000€	153 036€	478,2%
Outros	9 674€	0€	9 674€	-	140 000€	-130 326€	-93,1%
Consignação IRS	823 542€	432 932€	390 610€	90,2%	400 000€	423 542€	105,9%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	702 461€	988 014€	-285 553€	-28,9%	390 000€	315 715€	81,0%
Património	277 746€	279 862€	-2 116€	-0,8%	280 000€	-2 254€	-0,8%
Outros	424 715€	708 152€	-280 182€	-39,6%	110 000€	317 970€	289,1%
REVERSÕES DE PROVISÕES	25 800€	134 244€	-134 244€	-100,0%	0€	0€	-
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	106 946€	100 883€	6 064€	6,0%	75 000€	31 946€	42,6%
TOTAL	7 642 234€	6 965 210€	677 024€	9,7%	6 591 637€	1 050 597€	15,9%



Relativamente aos custos operacionais da associação, em 2025 ascenderam a 6.792.367€, dos quais 4.124.522€ referem-se a encargos com pessoal e 2.095.973€ a FSE. Estas duas rubricas juntas representam 94% do total de custos.



A estrutura de custos apresenta um aumento de 843.821€ (13%) em relação a 2024, sendo as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e de Gastos com o pessoal as que tiveram maior acréscimo em valor absoluto de 377.213€ (22%) e 273.724€ (7%) respetivamente.

O acréscimo em FSE resulta essencialmente do aumento de 41.357€ (28%) em eletricidade, combustíveis e água. Este aumento deve-se em cerca de 50% a uma fuga de água em Bicesse, mais concretamente na residência sénior. Note-se que o custo de 2024 não inclui os gastos de eletricidade e água da residência sénior (dado se terem excluído, para comparação, todos os custos de funcionamento da resposta que foi encerrada em 2024), mas estão incluídos em 2025 como custo de infraestruturas não utilizadas. Existe também um aumento de 71.841€ em conservação e reparação, em que a conservação de imóveis ascendeu a 91.005€ em 2025. Assim, a maior variação diz respeito à conservação de imóveis, em que 74% deste valor foi para património afeto a programas.

No que diz respeito ao custo com bens alimentares, este tem vindo a diminuir dada a diminuição das frequências de crianças e jovens em Casas de Acolhimento Residencial, resposta na qual este custo existe, e aumento das frequências em respostas de Autonomia e Acolhimento Familiar, em que não existe este custo.

Verifica-se um aumento nos custos com atividades e despesas com crianças no montante de 46.517€ (26,3%), justificado pelo aumento no número de utentes e pela aposta na melhoria da qualidade do serviço prestado.

A rubrica de Publicidade e Propaganda aumentou em 119.985€ (67%), sendo que 31% deste valor de refere à subcontratação de um serviço que anteriormente estava considerado como trabalho especializado. O restante valor resulta na aposta em campanhas e reforço de notoriedade da Associação.

Na conta de Gastos com Pessoal estão reconhecidos os aumentos salariais de 1,5% decididos para 2025 e aumento do subsídio de alimentação. Também em termos de formação se verifica um aumento de 73% dada a aposta deste Conselho Diretivo e Direção na formação dos colaboradores. Adicionalmente é importante referir que a organização viu reforçado o seu quadro de pessoal com contratações com maior qualificação. Está ainda reconhecido uma compensação aos colaboradores em 2025 de 50% da sua Remuneração Base Mensal (para colaboradores que contribuíram mais de 6 meses, sendo que para os restantes colaboradores esta compensação se situa em 37,5%).

Em outros gastos e perdas estão relevados na sua maioria despesas com a Federação Internacional.

CUSTOS ASSOCIAÇÃO	2025	2024	Variação 2025-2024		Orçamento 2025	Variação Real/Orçamento	
			Valor	%		Valor	%
61 - CUSTO COM BENS ALIMENTARES	187 703 €	214 737 €	-27 034€	-12,6%	205 000 €	-17 297 €	-8,4%
Compra bens alimentares	64 120 €	90 807 €	-26 688€	-29,4%	125 000€	-60 881 €	-48,7%
Bens alimentares doados	123 583 €	123 929 €	-346€	-0,3%	80 000€	43 583 €	54,5%
62 - Fornecimentos e serviços externos	2 095 973 €	1 718 760 €	377 213€	21,9%	1 632 000 €	463 973 €	28,4%
Electricidade, Combustíveis e Água	187 411 €	146 054 €	41 357€	28,3%	125 000€	62 411 €	49,9%
Conservação e Reparação	137 048 €	65 206 €	71 842€	110,2%	62 000€	75 048 €	121,0%
Actividades e Despesas com Crianças	223 131 €	176 614 €	46 517€	26,3%	155 000€	68 131 €	44,0%
Publicidade e Propaganda	298 682 €	178 696 €	119 986€	67,1%	200 000€	98 682 €	49,3%
Trabalhos Especializados e Honorários	706 494 €	702 156 €	4 338€	0,6%	715 000€	-8 506 €	-1,2%
Outros Fornecim.Serviços Externos	372 324 €	265 576 €	106 748€	40,2%	255 000€	117 324 €	46,0%
sub-total	1 925 090 €	1 534 303 €	390 787€	25,5%	1 512 000 €	413 090 €	27,3%
Produtos e Serviços Doados	170 883 €	184 457 €	-13 574€	-7,4%	120 000€	50 883 €	42,4%
63 - Gastos com o pessoal	4 124 522 €	3 850 798 €	273 724€	7,1%	4 036 000 €	88 522 €	2,2%
Remunerações e encargos	4 026 038 €	3 765 190 €	260 848€	6,9%	3 930 000€	96 038 €	2,4%
Formação	24 156 €	13 905 €	10 251€	73,7%	23 000€	1 156 €	5,0%
Seguros e Medicina no Trabalho	74 328 €	71 703 €	2 625€	3,7%	83 000€	-8 672 €	-10,4%
67- Provisões do exercício	179 500 €	0 €	179 500€	-	0€	179 500 €	-
68-Outros gastos e perdas	204 408 €	211 042 €	-6 634€	-3,1%	226 000 €	-21 592 €	-9,6%
Impostos	64 883 €	47 170 €	17 713€	37,6%	50 000€	14 883 €	29,8%
Apoios a utentes e ex-utentes	18 761 €	23 566 €	-4 805€	-20,4%	31 000€	-12 239 €	-39,5%
Outros gastos e perdas	120 764 €	140 306 €	-19 541€	-13,9%	145 000€	-24 236 €	-16,7%
69-Gastos e perdas de financiamento	260 €	865 €	-6043	-69,9%	500 €	-240 €	-47,9%
sub-total	6 792 367 €	5 996 202 €	796 165€	13,3%	6 099 500€	692 867 €	11,4%
64-Gastos de depreciação e de amortização	454 753 €	407 096 €	47 657€	11,7%	449 500€	5 253 €	1,2%
Propriedades de investimento	44 720 €	45 673 €	-953€	-2,1%	47 000€	-2 280 €	-4,9%
Activos fixos tangíveis	410 033 €	359 129 €	50 904	14,2%	400 000€	10 033 €	2,5%
Activos fixos intangíveis	0 €	2 295 €	-2 295	-100,0%	2 500€	-2 500 €	-100,0%
TOTAL	7 247 119 €	6 403 298 €	843 821	13,2%	6 549 000 €	698 119€	10,7%



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ASSOCIAÇÃO	2025	2024	Variação 2025-2024		Orçamento 2025	Variação Real/Orçamento	
			Valor	%		Valor	%
Prestações de Serviços	19 143€	21 378€	-2 236€	-10,5%	17 000€	2 143€	12,6%
Subsídios, Doações e Legados à exploração	6 813 684€	5 854 936€	958 749€	16,4%	6 108 000€	705 684€	11,6%
Outros rendimentos e Ganhos	702 461€	988 014€	-285 553€	-28,9%	390 000€	312 461€	80,1%
Total Proveitos Operacionais	7 535 288€	6 864 327€	670 960€	9,8%	6 515 000€	1 020 288€	15,7%
Reversões de Provisões	25 800€	0€	0€	-	0,00€	0,00€	-
Juros e Outros Rendimentos Similares	106 946€	100 883€	6 064€	6,0%	75 000,00€	31 946€	42,6%
Total Proveitos Financeiros	132 746€	100 883€	6 064€	6,0%	75 000€	31 946€	42,6%
Total Proveitos Operacionais e Financeiros	7 668 034€	6 965 210€	677 024€	9,7%	6 590 000€	1 052 234€	16,0%
Custo das matérias consumidas (Alimentação)	187 703€	214 737€	-27 034€	-12,6%	205 000€	-17 297€	-8,4%
Fornecimentos e serviços externos	2 095 973€	1 718 760€	377 213€	21,9%	1 632 000€	463 973€	28,4%
Gastos com o pessoal	4 124 522€	3 850 798€	273 724€	7,1%	4 036 000€	88 522€	2,2%
Provisões do exercício	179 500€	0€	179 500€	-	0€	179 500€	-
Outros Gastos e Perdas	204 408€	211 042€	-6 634€	-3,1%	226 000€	-21 592€	-9,6%
Total Custos Operacionais	6 792 106€	5 995 337€	796 769€	13,3%	6 099 000€	693 106€	11,4%
Gastos de Financiamento	260€	865€	-604€	-69,9%	500€	-240€	-47,9%
Total Custos Financeiros	260€	865€	-604€	-69,9%	500€	-240€	-47,9%
Total Custos Operacionais e Financeiros	6 792 367€	5 996 202€	796 165€	13,3%	6 099 500€	692 867€	11,4%
Resultado Operacional	743 181€	868 990€	-125 809€	-14,5%	416 000€	327 181€	78,6%
Resultado Financeiro	132 486€	100 018€	6 668€	6,7%	74 500€	32 186€	43,2%
Gastos de depreciação	454 753€	407 096€	47 657€	11,7%	449 500€	5 253€	1,2%
Resultado Líquido do Período	420 915€	561 912€	-140 998€	-25,1%	41 000€	379 915€	926,6%

Em termos globais a associação termina o ano de 2025 com um resultado líquido positivo de 420.915€, apresentando um decréscimo de 25,1% face ao período homólogo. É importante referir que foi constituída uma provisão no montante de 179.500€ (ver nota 16 do Anexo às Demonstrações Financeiras) para fazer face a possíveis impactos relacionados com a potencial necessidade de migração dos serviços prestados pela Federação Internacional para outras entidades, o que a acontecer implicará um aumento de custos, considerando a situação da Federação acima descrita e incerteza do seu futuro.

O resultado operacional de 743.183€, evidencia um crescimento consistente e comprometido muito alinhado com a estratégia nacional definida para o quadriénio 2025-2028.

As Aldeias de Crianças SOS pautam a sua atuação com base no rigor, na transparência e na responsabilidade, sendo todas as nossas contas devidamente auditadas e certificadas.

Proposta de **Aplicação de Resultados**

De acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), bem como com os Estatutos da Associação, o Conselho Diretivo propõe que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 420.915€, seja aplicado da seguinte forma:

Transferência para Resultados Transitados: 420.915€.

Lisboa, 4 de março de 2026



Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

ASSOCIAÇÃO DAS ALDEIAS DE CRIANÇAS S.O.S. DE PORTUGAL

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2025	2024
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	6	6 458 261	6 708 556
Activos intangíveis	7	-	-
Propriedades de investimento	8	2 488 357	2 533 076
Outros Créditos e ativos não correntes	27	34 638	34 638
Total do activo não corrente		8 981 255	9 276 270
ACTIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	11	1 177 761	777 232
Diferimentos	12	3 631	25 272
Outros ativos financeiros		2 028 000	2 137 370
Caixa e depósitos bancários	4	3 481 160	2 648 259
Total do activo corrente		6 690 552	5 588 132
Total do activo		15 671 807	14 864 403
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	13	2 074 050	2 074 050
Resultados transitados e outras reservas	13	7 002 429	6 515 517
Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais	14	3 827 727	3 890 688
		12 904 206	12 480 255
Resultado líquido do exercício		420 915	486 912
Total dos fundos patrimoniais		13 325 121	12 967 167
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	15	-	-
Provisões	16	183 700	30 000
Total do passivo não corrente		183 700	30 000
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		95 942	127 956
Estado e outros entes públicos	10	99 465	150 536
Financiamentos obtidos	15		11 599
Outros passivos correntes	17	967 054	693 317
Diferimentos	12	1 000 525	883 828
Total do passivo corrente		2 162 986	1 867 236
Total do passivo		2 346 686	1 897 236
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		15 671 807	14 864 403

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ASSOCIAÇÃO DAS ALDEIAS DE CRIANÇAS S.O.S. DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Serviços prestados	19	19 143	189 478
Subsídios, doações e legados	20	6 813 684	5 858 183
Custos das matérias consumidas	21	(187 703)	(242 850)
Fornecimentos e serviços externos	22	(2 095 973)	(1 781 003)
Gastos com o pessoal	23	(4 124 521)	(4 112 861)
Provisões	16	(153 700)	134 244
Outros rendimentos	24	702 461	1 001 458
Outros gastos	25	(204 408)	(217 892)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		768 982	828 756
Gastos de depreciação e de amortização			
	6	(454 753)	(441 862)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		314 229	386 894
Juros e rendimentos similares obtidos			
	26	106 946	100 883
Juros e gastos similares suportados		(260)	(865)
Resultado antes de imposto		420 915	486 912
Resultado líquido do período		420 915	486 912

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO



ASSOCIAÇÃO DAS ALDEIAS DE CRIANÇAS S.O.S. DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	2025	2024
Recebimentos de clientes		277 746	447 962
Recebimentos de donativos e quotizações		3 346 400	2 770 492
Recebimentos de subsídio à exploração		2 178 725	2 075 414
Pagamentos a fornecedores		(1 585 984)	(1 739 791)
Pagamentos ao pessoal		(2 656 314)	(3 848 232)
Fluxos gerados pelas operações		1 560 572	(294 155)
Outros recebimentos/pagamentos		(733 022)	222 007
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		827 551	(72 148)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(266 806)	(497 761)
Ativos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		(109 370)	(332 370)
		(376 176)	(830 131)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		260 824	
Outros ativos		-	500 000
Subsídios ao investimento			
Juros e proveitos similares		132 339	92 815
		393 163	592 815
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		16 987	(237 316)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(11 612)	(12 096)
Juros e gastos similares		(25)	(26)
		(11 637)	(12 123)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		(11 637)	(12 123)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		832 901	(321 587)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		2 648 259	2 494 999
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		3 481 160	2 648 259

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ASSOCIAÇÃO DAS ALDEIAS DE CRIANÇAS S.O.S. DE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Saldo em 1 de janeiro de 2024		2 074 050	6 419 234	3 665 774	96 283	12 255 341
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	486 912	486 912
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023	13	-	96 283	-	-96 283	-
Subsídio ao investimento	14	-	-	305 056	-	305 056
Legados	14	-	-	-80 142	-	-80 142
Saldo em 1 de janeiro de 2025		2 074 050	6 515 517	3 890 688	486 912	12 967 167
Resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	420 915	420 915
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024	13	-	486 912	-	-486 912	-
Subsídio ao investimento	14	-	-	-9 236	-	-9 236
Legados	14	-	-	-53 726	-	-53 726
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2 074 050	7 002 429	3 827 727	420 915	13 325 121

O anexo faz parte integrante das demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DIRECTIVO



(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Associação das Aldeias de Crianças S.O.S. de Portugal ("Associação") é uma instituição particular de solidariedade social, de iniciativa privada, que apoia jovens em situação de vulnerabilidade e suas famílias e se propõe proteger e acolher crianças e jovens privados de acompanhamento parental, a preparação para a autonomia e integração dos jovens e o reforço das competências parentais para que as crianças se mantenham junto da sua família.

A Associação realiza a sua atividade por via de respostas sociais para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e suas famílias, através de Casas de Acolhimento Residencial (Aldeias SOS) situadas em Bicesse, Guarda e Gulpilhares onde acolhe um total de 61 crianças, dois apartamentos de autonomia para jovens em Lisboa, uma Equipa de Autonomia Supervisionada (EAS) em Lisboa para ajudar a integração de jovens na sociedade (32 jovens em 2025), uma Instituição de Enquadramento de Famílias de Acolhimento na Guarda e quatro Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) em Oeiras, Rio Maior, Guarda e Vila Nova de Gaia que acompanham 397 crianças em 2025.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Associação opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Diretivo em 04 de março de 2025.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2012, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respectivamente, nos avisos 6726-B-2011, Portaria nº 105/2011, de 14 de março de 2010, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF - ESNL".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidas de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição. Relativamente aos terrenos e edifícios adquiridos até 31 de dezembro de 1989 foi considerado como custo de aquisição à data da transição para as NCRF-ESNL, o montante pelo qual os mesmos se encontravam reconhecidos, o qual inclui o efeito de reavaliações, registadas nos exercícios de 1993 e 1994, pelos valores líquidos de 6.182.615 Euros e 536.565 Euros, respectivamente, tendo por base relatórios de avaliadores independentes.

Os terrenos e edifícios adquiridos a partir de 1 de janeiro de 1990 e os restantes elementos do activo fixo encontram-se registados ao custo de aquisição.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

(Montantes expressos em Euros)

Vidas úteis e depreciação:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	4 - 5
Outros activos fixos tangíveis	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas linearmente durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis são depreciados em três anos de acordo com o método das quotas constantes.

3.4. Propriedades de Investimento

A Associação regista nesta rubrica os imóveis que, não se encontram afectos à sua actividade principal, estão arrendados a terceiros, os quais estão registados ao custo de aquisição.

Estes imóveis encontram-se a ser amortizados pelo método das quotas constantes num período de 50 anos.

Relativamente aos terrenos e edifícios doados, assume-se como valor de custo o seu valor de mercado na data de doação, sendo registados por contrapartida de outras variações nos fundos patrimoniais.

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis da Associação possam estar em imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A



(Montantes expressos em Euros)

reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respectiva rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.6. Empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos são capitalizados desde que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

O ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda.

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2. e 3.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento da sua facturação. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

3.9. Subsídios e doações

Os subsídios apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Contabilização de subsídios ao investimento:

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de aquisições de ativos fixos tangíveis são registados nos fundos patrimoniais, como outras variações nos fundos patrimoniais, reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

(Montantes expressos em Euros)

Contabilização de subsídios à exploração:

Os subsídios obtidos dos Centros Regionais de Segurança Social, e de outras entidades são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são recebidos.

Contabilização de doações em espécie:

As doações em espécie, à excepção dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidas na demonstração de resultados no momento em que são recebidas. As doações relativas a ativos fixos são reconhecidas, inicialmente, em outras variações de fundos patrimoniais e, posteriormente, reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis doados.

3.10. Imposto sobre o rendimento

A Associação, mediante requerimento ao Ministro das Finanças e por Despacho da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos de 7 de junho de 1990, beneficia da isenção do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

3.11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes:

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes:

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12. Quotizações e entregas voluntárias

As quotizações e entregas voluntárias (donativos) recebidas em numerário ou em espécie são reconhecidas como rendimentos na data e pelo montante do seu recebimento, apresentando-se as quotizações na rubrica “Prestação de serviços” e, as entregas voluntárias na rubrica “Subsídios, doações e legados”, sendo os valores contabilizados integralmente no momento em que ocorrem.

3.13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



3.14. Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efectiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Outros activos financeiros;
- Fornecedores; e
- Outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa e depósitos a prazo

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, com vencimento a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato, sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Associação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Associação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Associação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos de capital

Os investimentos em acções são mensurados ao seu justo valor, correspondente ao seu valor de cotação.

3.15. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às mesmas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Caixa e depósitos bancários tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Caixa	28 241	13 693
Depósitos à ordem	452 919	342 349
Depósitos a prazo vencíveis até 3 meses	3 000 000	2 292 217
Caixa e seus equivalentes	3 481 160	2 648 259
Depósitos a prazo vencíveis entre 3 meses e 1 ano	2 028 000	2 137 370
Caixa e depósitos bancários	5 509 160	4 785 629

5. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos nas demonstrações financeiras.



(Montantes expressos em Euros)

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2025								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto:									
Saldo inicial	2 147 364	12 251 724	1 115 017	404 194	31 881	256 223	69 543	23 370	16 299 316
Aquisições	43 500	192 684	14 353	-	-	16 269	-	-	266 806
Abates e alienações	-	(175 000)	(324)	(42 505)	-	-	-	-	(217 829)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	2 190 864	12 269 408	1 129 047	361 689	31 881	272 492	69 543	23 370	16 348 293
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	7 896 405	1 025 637	317 453	31 881	249 841	69 543	-	9 590 760
Depreciações do exercíc	-	339 556	17 376	39 268	-	13 834	-	-	410 033
Abates e alienações	-	(68 250)	(5)	(42 505)	-	-	-	-	(110 760)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	8 167 710	1 043 007	314 216	31 881	263 675	69 543	-	9 890 033
Ativo líquido	2 190 864	4 101 698	86 039	47 473	-	8 817	-	23 370	6 458 261
	2024								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto:									
Saldo inicial	2 062 364	11 886 707	1 064 829	349 944	31 881	253 913	69 543	32 488	15 751 670
Aquisições	85 000	365 017	50 188	54 250	-	2 309	-	-	556 765
Abates e alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	(9 118)	(9 118)
Saldo final	2 147 364	12 251 724	1 115 017	404 194	31 881	256 223	69 543	23 370	16 299 316
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	7 562 537	1 011 152	280 362	31 881	241 390	69 543	-	9 196 865
Depreciações do exercíc	-	333 868	14 485	37 092	-	8 451	-	-	393 895
Abates e alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	7 896 405	1 025 637	317 453	31 881	249 841	69 543	-	9 590 760
Ativo líquido	2 147 364	4 355 319	89 380	86 741	-	6 382	-	23 370	6 708 556

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as rubricas de ativos fixos tangíveis são constituídas, essencialmente, pelos espaços onde a Associação desenvolve a sua actividade de apoio às crianças, as Aldeias.

Em 31 de dezembro de 2025 o valor dos edifícios e outras construções inclui o edifício do Centro Arco Íris, localizado em Bicesse, e sem utilização em 31 de dezembro de 2025, existindo uma intenção formal do Conselho Diretivo de alienação de tal ativo a qual permitirá obter uma mais-valia significativa mas ainda não quantificada na presente data.

As depreciações e amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização”, sendo o seu detalhe conforme segue:

(Montantes expressos em Euros)

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2025	2024
	Outros ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis
Ativo bruto:		
Saldo inicial	14 526	14 526
Adições	-	-
Saldo final	14 526	14 526
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	14 526	12 231
Amortizações do exercíci	-	2 295
Saldo final	14 526	14 526
Ativo líquido	()	-

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento, foi o seguinte:



	2025			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta de propriedades de investimento	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	618 029	2 812 462	-	3 430 491
Adições (a)	-	-	-	-
Abates e aliena	-	-	-	-
Saldo final	618 029	2 812 462	-	3 430 491
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	-	897 415	-	897 415
Gastos de depi	-	44 720	-	44 720
Abates e aliena	-	-	-	-
Saldo final	-	942 135	-	942 135
Ativo líquido	618 029	1 870 327	-	2 488 357

	2024			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Adiantamentos por conta de propriedades de investimento	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	652 326	2 883 929	-	3 536 255
Adições (a)	-	-	-	-
Abates e aliena	(34 297)	(71 467)	-	(105 764)
Saldo final	618 029	2 812 462	-	3 430 491
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	-	901 292	-	901 292
Gastos de depi	-	45 673	-	45 673
Abates e aliena	-	(49 550)	-	(49 550)
Saldo final	-	897 415	-	897 415
Ativo líquido	618 029	1 915 047	-	2 533 076

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as propriedades de investimento apresentam o seguinte detalhe:

Imóvel	Activo líquido	Depreciação do exercício	
		2025	2024
Edifício na Calçada das Necessidades, Lisboa	-	-	953
Edifício na Rua de Camões, Porto_U-6811-AV	28 614	842	842
Fracção na Avenida Estados Unidos da América_U-454-P	247 350	6 800	6 800
Edifício na Rua Quirino	478 095	11 119	11 119
Edifício na Rua Lusíadas	1 116 268	25 960	25 960
Terrenos	618 029	-	-
	2 488 356	44 720	45 673

Adicionalmente, as rendas geradas pela sua utilização, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, têm o seguinte detalhe (Nota 24):

Imóvel	Receita	Receita
	2025	2024
Edifício na Calçada das Necessidades, Lisboa	77 625	50 122
Edifício na Rua de Camões, Porto	9 120	8 678
Fracção na Avenida Estados Unidos da América	20 407	17 237
Edifício na Rua dos Lusíadas, Lisboa	92 501	99 345
Edifício na Rua Quirino, Lisboa	44 841	55 878
	244 494	231 260

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Associação, mediante requerimento ao Ministro das Finanças e por Despacho da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos de 7 de junho de 1990, beneficia da isenção do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, relativamente às seguintes categorias:

- Categoria C: Rendimentos comerciais e industriais, directamente derivados do exercício das actividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;
- Categoria E: Rendimentos de capitais, com excepção de quaisquer títulos ao portador não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;
- Categoria F: Rendimentos prediais;
- Categoria G: Ganhos de mais-valias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2022 a 2025 poderão vir a ser sujeitas a revisão. No entanto, dada a isenção, o Conselho Directivo entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Estado e outros entes públicos” tinha a seguinte composição a crédito:

	2025	2024
Passivo:		
Retenção na fonte - Trabalho dependente	18 575	45 224
Retenção na fonte - Trabalho independente	202	476
Retenção na fonte - IRS Cat. F (prediais)	-	-
Imposto valor acrescentado	10 214	5 552
Contribuições para a Segurança Social	70 474	99 284
	99 465	150 536

11. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os créditos a receber da Associação tinham a seguinte composição:

	2025			2024		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Acréscimo de rendimentos (i)	1 020 522	-	1 020 522	657 053	-	657 053
Pessoal	-	-	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-	-	-
Outros devedores - gerais	157 239	-	157 239	120 178	-	120 178
	1 177 761	-	1 177 761	777 232	-	777 232

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica inclui, essencialmente, a consignação de irs no montante de 821.353 Euros, comparticipação da Segurança Social 69.216 Euros e, Centro Regional Segurança Social, no montante de 73.790 Euros.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas “Diferimentos” tinham a seguinte composição:

	2025	2024
<u>Diferimentos activos:</u>		
Seguros	3 631	25 272
	3 631	25 272
<u>Diferimentos passivos:</u>		
Donativos (i)	1 000 525	883 828
	1 000 525	883 828

i. Os donativos referem-se a valores concedidos para investimentos que à data ainda não foram realizados ou de exploração para os próximos exercícios.

13. FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundo Social

O Fundo Social integra o valor do património líquido existente em 1 de janeiro de 1990, data de aplicação do Plano de Contabilidade para as Instituições Particulares de Solidariedade Social, como segue:

Activos fixos e propriedades de investimento entregues	1 252 252
Conta de Gerência em 31 de dezembro de 1989	789 687
Outros investimentos	32 111
	2 074 050

O saldo de "Ativos fixos e propriedades de investimento entregues" corresponde ao valor atribuído às propriedades de investimento que integravam o valor do património líquido da Associação em 31 de dezembro de 1989. Adicionalmente, o saldo “Conta de Gerência em 31 de dezembro de 1989”,

corresponde às disponibilidades acumuladas, àquela data, representadas por numerário e depósitos em bancos.

Aplicação dos resultados: Conforme deliberado em Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2025, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi integralmente aplicado em resultados transitados.

14. OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais” apresentou o seguinte movimento:

Saldo em 1 de janeiro de 2024	3 665 774
Adições	353 611
Reconhecimento do exercício dos subsídios ao investimento	-128 697
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3 890 688
Adições	92 449
Reconhecimento do exercício dos subsídios ao investimento	-155 410
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3 827 727

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de financiamentos obtidos:

	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Locações financeiras (i)	-	3	-	11 599
	-	3	-	11 599

(i) O valor refere-se à celebração de três contratos de leasing relativos à aquisição de três viaturas

	2025		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Bens adquiridos com recurso a locação financeira			
Equipamento de transporte	54 101	54 101	0
	54 101	54 101	0
	2025		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	-	-	-
1 a 2 anos	-	-	-
2 a 3 anos	0	0	0
	-	-	-



16. PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos da rubrica de provisões:

	2025			
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos	30 000	179 500	(25 800)	183 700
	2024			
	Saldo inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos	164 244	-	(134 244)	30 000

A provisão no valor de 179.500 €, constituída no exercício, destina-se a fazer face a eventuais encargos futuros que possam resultar da auto suspensão das Aldeias das Crianças SOS de Portugal da Federação Internacional das Aldeias das Crianças SOS deliberada pela Direção em 04 de fevereiro de 2026 atentas as circunstâncias atuais de tal federação e das entidades congéneres das Aldeias das Crianças SOS de Portugal em diversos países. A provisão constituída destina-se a fazer face aos gastos com a eventual substituição de sistemas de informação e plataformas digitais detidas pela referida Federação e utilizadas em Portugal, as quais se assumem como críticas, nomeadamente nos processos de angariação de fundos. Reduziu-se ainda uma provisão para processos judiciais, considerando a evolução favorável na sua resolução.

17. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros passivos correntes” tem a seguinte composição:

	2025	2024
Credores por acréscimo de gastos:		
Remunerações a liquidar	576 812	402 897
Outros	50 145	32 252
	626 956,92	435 149
Fornecedores de investimento	-	-
Outras contas a pagar	340 097	258 168
	340 097	258 168
	967 054	693 317

As remunerações a liquidar respeitam a direitos adquiridos por trabalho prestado em 2025, nomeadamente relativo a férias, subsídio de férias, prémios, remunerações variáveis e taxa social única a liquidar no decorrer do exercício de 2026.

18. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2025 a Associação tinha solicitado a prestação de uma garantia bancária, no montante de 5.000 Euros, decorrentes das utilizações do cartão de crédito Galp Frota.

19. SERVIÇOS PRESTADOS

Os serviços prestados reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, consiste, essencialmente, nas receitas geradas pela exploração da Residência Social de Idosos, no montante de 168.100 Euros, que foi encerrada em julho de 2024 e, nas quotas recebidas, sendo que em 2025 apenas foram registados proveitos na rubrica de prestação de serviços referente a quotizações.

20. SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS

A rubrica “Subsídios doações e legados”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

SUBSÍDIOS	2025	2024
Centros Regionais da Segurança Social (i)	2 514 750	2 237 004
Outras entidades (ii)	41 651	62 557
	2 556 402	2 299 561
DONATIVOS E LEGADOS	2025	2024
	2 914 917	2 743 003
Donativos em numerário	296 809	320 770
Donativos em espécie	823 542	432 932
Reembolso de impostos (iii)	185 036	40 902
Legados e heranças	36 979	21 015
Outros	4 257 282	3 558 622
TOTAL	6 813 684	5 858 183

- i. Estes montantes referem-se aos subsídios entregues pela Segurança Social, de acordo com o número de crianças que se encontram abrangidas pelo Protocolo de Cooperação, nas aldeias geridas pela Associação.
- ii. A rubrica “Outras entidades” inclui o valor de 12.229 Euros referente a subsídios do Instituto do Emprego e Formação Profissional, e 29.422 Euros referente a subsídios da Câmara Municipal de Cascais e Câmara Municipal de Oeiras.
- iii. Este montante diz respeito aos valores da consignação de IRS.

21. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi determinado como segue:

	2025		2024	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	-	-	-	-
Compras	55 056	55 056	118 921	118 921
Donativos em espécie	132 647	132 647	123 929	123 929
Custo das mercadorias vendidas e consumidas	187 703	187 703	242 850	242 850
Saldo final em 31 de dezembro	-	-	-	-

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, englobava as seguintes rubricas:

	2025	2024
Trabalhos especializados	318 267	344 091
Honorários	388 227	377 959
Encargos com crianças (saúde, vestuário, educação, desporto)	267 031	181 001
Publicidade e propaganda	298 682	178 807
Produtos doados	93 621	58 686
Combustíveis	78 723	95 266
Comunicação	96 510	79 677
Serviços doados	77 262	125 771
Electricidade	62 984	42 799
Conservação e reparação	137 048	69 393
Deslocações e estadas	59 401	43 264
Serviços bancários	42 893	41 375
Limpeza, higiene e conforto	7 974	12 010
Seguros	22 055	36 957
Água	45 704	28 965
Outros	99 592	64 982
	2 095 973,48	1 781 003

23. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações	3 322 977	3 387 158
Encargos sobre as remunerações ao pessoal	657 084	647 424
Outros	144 461	78 279
	4 124 521	4 112 861

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Associação teve em média ao seu serviço, 156 e 153 colaboradores, respetivamente, que se distribuem conforme detalhe:

	2025	2024
Aldeia de Bicesse	27	34
Aldeia de Gulpilhares	27	26
Aldeia da Guarda	29	30
Sede	44	40
Cafap	14	14
Equipa Autonomia Supervisionada	8	4
Famílias Acolhimento-Guarda	-	3
Instituição de Enquadramento Acolhimento Familiar	3	-
Apartamentos de Autonomização de Jovens	4	2
	156	153

24. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica “Outros rendimentos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Reembolso de impostos (i)	12 000	24 474
Alienações	153 431	443 786
Rendimentos dos investimentos financeiros em imóveis (ii)	277 746	279 862
Subsídios para aquisição de activos fixos (Nota 14)	156 582	128 697
Outros	102 702	124 637
	702 461	1 001 458

- (i) Este montante diz respeito aos valores de iva reembolsados à Associação por esta ter suportado os mesmos aquando da aquisição de bens.
- (ii) Os rendimentos dos investimentos financeiros em imoveis têm o seguinte detalhe:

(Montantes expressos em Euros)

Imóvel	Receita	
	2025	2024
Edifício na Calçada das Necessidades, Lisboa	77 625	50 122
Edifício na Rua de Camões, Porto	9 120	8 678
Fracção na Avenida Estados Unidos da América	20 407	17 237
Edifício na Rua dos Lusíadas, Lisboa	92 501	99 345
Edifício na Rua Quirino, Lisboa	44 841	55 878
Edifício na Rua José Dias Coelho, Lisboa	33 251	48 602
	277 746	279 862

25. OUTROS GASTOS

A rubrica “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tinha a seguinte composição:

	2025	2024
Quotizações	83 320	75 114
Impostos	64 883	47 170
Correcções relativas a exercícios anteriores	34 450	66 141
Apoio a ex-residentes	10 660	29 443
Outros	11 096	24
	204 408	217 892

26. JUROS

	2025	2024
Juros obtidos:		
Depósitos a prazo	106 946	100 839
Depósitos à ordem	-	44
	106 946	100 883

(Montantes expressos em Euros)

27. OUTROS CRÉDITOS E ACTIVOS NÃO CORRENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem o seguinte detalhe:

	Maturidade	Taxa juro	Valor nominal	Valor contabilístico 31.12.2025
Depósitos a longo prazo:				
Fundo de Compensação do Trabalho	-	-	34 638	34 638
				34 638

	Maturidade	Taxa juro	Valor nominal	Valor contabilístico 31.12.2024
Depósitos a longo prazo:				
Fundo de Compensação do Trabalho	-	-	34 638	34 638
				34 638

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Em 2025, a entidade operou integrada na Federação Internacional das Aldeias das Crianças SOS. Neste âmbito, considera-se a SOS-Kinderdorf International entidade relacionada.

Os saldos e transações com a referida entidade são conforme abaixo”

	2025		2024	
	Serviços Prestados	Serviços Adquiridos	Serviços Prestados	Serviços Adquiridos
SOS-Kinderdorf International	66 978	100 776	31 872	77 041

Em 04 de fevereiro de 2026 a Direção das Aldeias das Crianças SOS de Portugal deliberou a auto suspensão da entidade como membro da Federação Internacional das Aldeias das Crianças SOS atentas as circunstâncias atuais de tal federação e das entidades congéneres das Aldeias das Crianças SOS de Portugal em diversos países. Não é possível avaliar na presente data os impactos de tal auto suspensão no funcionamento das Aldeias das Crianças SOS de Portugal e na situação económica e financeira da entidade, nomeadamente os impactos nas receitas a angariar, sendo convicção da Direção que as Aldeias das Crianças SOS de Portugal apresenta situação financeira suficientemente robusta para assegurar o normal funcionamento da entidade independentemente dos impactos da situação descrita.



29. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho Diretivo informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, o Conselho Diretivo informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), bem como com os Estatutos da Associação, o Conselho Diretivo propõe que o resultado líquido positivo do exercício, no montante de 420.915€, seja aplicado da seguinte forma:

Transferência para Resultados Transitados: 420.915€.

Lisboa, 04 de março de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DIRECTIVO

Certificação

Legal de Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Associação das Aldeias de Crianças S.O.S de Portugal (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 15.671.807 Euros e um total de capital próprio de 13.325.121 Euros, incluindo um resultado líquido de 420.915 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Associação das Aldeias de Crianças S.O.S de Portugal em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

MAGRO, ROQUE, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 75.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G

1600 - 001 Lisboa - Portugal

Tel.: +351 217 203 300 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B

6300 - 758 Guarda - Portugal

Tel.: +351 271 223 974 | guarda@sroc125.pt



- avaliação da capacidade de a Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

MAGRO, ROQUE, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 75.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | guarda@sroc125.pt

2

h



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 06 de março de 2026

Magro, Roque, Amaral & Associados, SROC Lda.

Registada na CMVM sob o n.º 20160456
Representada por Luis Pedro Pinto Caiano Pereira, ROC nº 842
Inscrito na CMVM sob o nº 20160467

MAGRO, ROQUE, AMARAL & ASSOCIADOS, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 75.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | guarda@sroc125.pt

3





ALDEIAS
DE CRIANÇAS SOS

Tel. Rede Fixa Nacional

213 616 950

www.aldeias-sos.org

Acredite num mundo
onde todas as crianças
crescem com **amor,**
respeito e segurança!